

Perfil das empresas que apresentam a demonstração do resultado do exercício com base na natureza das despesas

Ilirio José Rech (UFU) - ilirio@terra.com.br

CAMILA ALMEIDA CUNHA (UFG) - camila.cunha@ig.com.br

Moisés Ferreira Cunha (UFG) - mfccunha@ig.com.br

Ivone Vieira Pereira (FESURV) - ivonevp@brturbo.com.br

Resumo:

O pronunciamento técnico CPC 26 que normatizou os procedimentos de apresentação dos gastos na demonstração do resultado do exercício exigindo que as empresas que optarem por apresentar as despesas por função apresente nas notas explicativas a natureza das despesas. Assim, este artigo objetiva analisar o perfil das empresas que apresentam a demonstração do resultado do exercício usando o método de classificação com base na natureza das despesas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, no qual se analisou a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas de 122 empresas brasileiras pertencentes ao nível de governança Novo Mercado referentes ao ano findo em 2011. Foram analisadas as variáveis: empresa de auditoria, setor, tamanho da empresa, margem bruta e lucro das operações continuadas. Verificou-se que apenas 8 empresas (6,6% da amostra) apresentam a DRE por natureza das despesas. A maioria das empresas pertencem ao setor elétrico e de serviços de transporte, sendo 42,9% e 35,7%, respectivamente. Todas as empresas foram auditadas por uma das empresas big four de auditoria. A variável tamanho e margem bruta se destacam como variáveis que podem influenciar a decisão das empresas para apresentar as despesas por natureza. Com base nos dados, conclui-se que o perfil das empresas que apresentam as despesas por natureza são empresas do setor de energia e serviços de transporte, tem tamanho, margem bruta e lucro menor que a média da população e são auditadas pelas empresas de auditoria classificadas como big four.

Palavras-chave: *Natureza, Função, Perfil.*

Área temática: *Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões*

Perfil das empresas que apresentam a demonstração do resultado do exercício com base na natureza das despesas

Resumo

O pronunciamento técnico CPC 26 que normatizou os procedimentos de apresentação dos gastos na demonstração do resultado do exercício exigindo que as empresas que optarem por apresentar as despesas por função apresente nas notas explicativas a natureza das despesas. Assim, este artigo objetiva analisar o perfil das empresas que apresentam a demonstração do resultado do exercício usando o método de classificação com base na natureza das despesas. Para tanto, foi realizado uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, no qual se analisou a demonstração do resultado do exercício e notas explicativas de 122 empresas brasileiras pertencentes ao nível de governança Novo Mercado referentes ao ano findo em 2011. Foram analisadas as variáveis: empresa de auditoria, setor, tamanho da empresa, margem bruta e lucro das operações continuadas. Verificou-se que apenas 8 empresas (6,6% da amostra) apresentam a DRE por natureza das despesas. A maioria das empresas pertencem ao setor elétrico e de serviços de transporte, sendo 42,9% e 35,7%, respectivamente. Todas as empresas foram auditadas por uma das empresas *big four* de auditoria. A variável tamanho e margem bruta se destacam como variáveis que podem influenciar a decisão das empresas para apresentar as despesas por natureza. Com base nos dados, conclui-se que o perfil das empresas que apresentam as despesas por natureza são empresas do setor de energia e serviços de transporte, tem tamanho, margem bruta e lucro menor que a média da população e são auditadas pelas empresas de auditoria classificadas como *big four*.

Palavras-chave: Despesas, Natureza, Função, Perfil.

Área Temática 2 - Custos como ferramenta para o planejamento, controle e apoio a decisões.

1. Introdução

Um dos principais relatórios que auxiliam os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões econômico/financeiras é a demonstração do resultado do exercício. Este relatório apresenta o desempenho da empresa ao longo do tempo apurado, evidenciando os elementos positivos e negativos da composição do resultado líquido do período.

De acordo com a *Framework* do IASB o resultado das empresas é frequentemente utilizado como medida de performance ou como base para outras medidas, tais como o retorno do investimento ou o resultado por ação. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do resultado são as receitas realizadas, as despesas, bem como os custos incorridos em um determinado período.

Essas últimas são de grande relevância para os usuários, pois representam quais foram os esforços realizados pela empresa e onde os recursos foram consumidos para gerar o resultado obtido. No entanto a IAS 1 não determina um formato específico para a apresentação das despesas do período.

Segundo a norma, a administração da entidade deve escolher entre apresentar as despesas utilizando uma classificação baseada na natureza dos gastos ou uma classificação destacando a função destes, desde que seja eleito o mais relevante e confiável.

Porém, de acordo com a IAS 1, as entidades que optarem por apresentar as despesas na DRE adotando o método “por função”, deverá informar dados adicionais sobre a natureza desses gastos, ou seja, no caso de a administração optar por apresentar os gastos por este

método deve evidenciar em notas explicativas a natureza dos gastos levados para o resultado do período.

O Brasil por força da lei 6404/76 e suas alterações posteriores, sempre apresentou os gastos incorridos no processo de obtenção de receitas classificados de acordo com a função. Com isso, com o processo de convergência, as IAS/IFRS depara-se com a possibilidade de optar por um método ou outro.

De acordo com a IAS 1 transformada na CPC 26 aqui no Brasil, o método da natureza das despesas “pode ser simples de aplicar por que não são necessárias alocações de gastos e classificações funcionais”. Por outro lado a norma destaca que o método da função das despesas “pode proporcionar informação mais relevantes aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, porém, a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável julgamento”.

No entanto, a norma destaca que a opção entre um método ou outro depende de fatores históricos e setoriais e da natureza da organização. Esta opção pode estar relacionada ao volume de informações que a empresa está disposta a divulgar para os usuários das informações financeiras. Estudos realizados por Nunes et al (2009) e Avelino et al (2012) demonstraram que o tamanho da empresa está significativamente relacionado à quantidade de informações divulgadas a seus usuários. Esses autores argumentam ainda que, as grandes empresas sofrem maiores pressões por parte dos órgãos políticos, investidores e sociedade em geral.

Neste quesito Lima (2007) e Lanzana (2004) destacam que o setor que a entidade atua é uma característica que torna as empresas mais “dispostas” a apresentar um volume maior de informações voluntárias. Além disso, Lanzana (2004) destaca que as empresas com maior grau de endividamento tendem a apresentar maior transparência no que compete a evidenciação de informações.

Outros estudos também relacionam as práticas de evidenciação das empresas com características ou variáveis econômicas. Entre estes estudos destaca-se Costa, Goldner e Galdi (2007), Lima (2007), Murcia (2009), Murcia e Santos (2009, 2010) e Cruz e Lima (2010). Entre as principais variáveis econômicas abordadas nos estudos, destaca-se Tamanho, Lucro, Rentabilidade, Desempenho, Custo de Capital, Endividamento e Governança Corporativa. Todos os estudos encontraram relação positiva dessas variáveis e o nível de evidenciação.

As pesquisas realizadas estão relacionadas a informações que levam em consideração aspectos relativos a ativos e passivos, lucros e preços ou informações relacionadas a eles. Neste sentido, cabe indagar: essas variáveis destacadas nas pesquisas também têm relação com a evidenciação dos custos por natureza? Ou ainda, é possível identificar um perfil das empresas que optam por apresentar a demonstração do resultado com base na natureza das despesas?

Neste sentido esta pesquisa tem como objetivo analisar o perfil das empresas que apresentam a Demonstração do resultado do exercício usando o método de classificação com base na natureza das despesas.

Para alcançar o objetivo será analisada uma população determinística de 122 empresas listadas na BM&FBOVESPA no nível de Novo Mercado com base nos relatórios apresentados no ano de 2012 relativos aos resultados de 2011. As variáveis analisadas estão relacionadas ao Tamanho da empresa, Margem bruta de Lucro, Lucro das Operações continuadas, Empresa de Auditoria e Setor da Empresa.

Esta pesquisa está organizada em quatro partes além dessa introdução: referencial teórico, que contempla uma base da literatura sobre a adoção das IFRS no Brasil, a evidenciação das informações contábeis e pesquisas já realizadas neste sentido, indicação da metodologia utilizada para a realização da pesquisa, análise e descrição dos resultados obtidos, conclusão e sugestões para pesquisas futuras.

2. Referencial teórico

2.1 Evidenciação contábil

Com a adoção das alterações inseridas na Lei das S/A pela 11.638/07, os International Accounting Standards (IAS) conhecidos como normas internacionais de contabilidade ou International Financial Reporting Standards (IFRS) passaram a fazer parte de uma série de pronunciamentos técnicos de contabilidade publicados no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). O principal objetivo é estabelecer normas para apresentação das informações sobre a posição financeira e o desempenho das entidades. Neste contexto, as IAS/IFRS tornaram-se referência para empresas brasileiras prestarem informações que sejam úteis para uma gama de usuários em suas tomadas de decisões.

Porém, FIPECAFI (2012) afirma que “o padrão *International Financial Reporting Standards* (IFRS) tornou mais complexo o reconhecimento, a mensuração, e a evidenciação das informações financeiras, com maior subjetividade nas escolhas contábeis, maior julgamento por parte das companhias e a participação de várias áreas da empresa na elaboração das informações financeiras”.

Para de Beuren e Klann (2008 p. 1) “um dos desafios de órgãos reguladores da contabilidade em âmbito mundial é diminuir ou até mesmo eliminar a assimetria da informação evidenciada nos relatórios produzidos segundo as normas de diferentes países”. Ainda para os mesmos autores a “assimetria de informações fornecidas aos usuários, provocada por diferenças de normatização contábil entre os países, pode prejudicar as decisões de investidores e outros tomadores de decisões”.

São nessas informações econômico-financeiras, evidenciados nos relatórios das empresas, que o mercado está interessado. Para Melo, Ponte e Oliveira (2007), “vive-se em um mundo globalizado em que a concorrência entre as empresas é alta. Os investidores, bancos e clientes exigem, cada vez mais, transparência por parte das empresas”. Estes *stakeholders* estão cada vez mais interessados em empresas que forneçam maior volume de informações contábeis.

Leuz e Verrecchia (2000) e Verrecchia (2001) destacam que são diversos os motivos e fatores que levam as empresas a divulgar com maior transparência as informações financeiras. Sengupta (1998) destaca que empresas com maior qualidade das informações financeiras desfruta de um menor custo de capital e que quanto maior a incerteza do mercado em relação a empresa maior a importância das demonstrações financeiras.

Contudo, Schroeder, Clark e Cathey (2005) destacam que *disclosure* continua sendo uma das questões mais importantes para os contabilistas e a divulgação pode assumir diversas formas disponíveis nas demonstrações financeiras publicadas.

Para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “A evidenciação (*disclosure*) é um dos objetivos básicos da Contabilidade no Mercado de Capitais, para que se possa garantir a todos os tipos de usuários as informações completas e confiáveis sobre a situação financeira e os resultados da companhia.

Ainda segundo a Autarquia um maior ou menor nível de evidenciação deve ser obtido com o auxílio das notas explicativas. Neste sentido ela destaca que “as notas explicativas que integram as demonstrações contábeis devem apresentar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada e clara para que seja exaurida a capacidade de comunicar aspectos relevantes do conteúdo apresentado nas demonstrações”.

Para Aquino e Santana (1992) a evidenciação significa divulgar dados com clareza, que permita a compreensão imediata daquilo que está sendo comunicado. Porém, Procianoy e Rocha (2002) destacam que a evidenciação não diz respeito tão somente à divulgação das informações contábeis com clareza e compreensão do que está sendo comunicado. Segundo

os autores a transparência abrange divulgar os dados com qualidade e quantidade, reforçando no usuário a condição de aferir a situação financeira, o nível de detalhamento, os riscos da atividade e antecipar a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa futuros com os recursos existentes.

Apesar de as empresas poderem divulgar muitas informações aparentemente positivas, há certa relutância por parte dessas em aumentar o nível de *disclosure* nas demonstrações contábeis ou até mesmo predisposição em ocultar essas informações. Neste ponto, Iudícibus (2010) destaca que o norte da evidenciação (*disclosure*) é que; aquela informação que não apresentar grau de relevância deverá ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos inteiramente.

As informações requeridas pelos usuários não diz respeito apenas aquelas exigidas por leis ou normas, mas de toda a informação que seja útil para a tomada de decisões. De acordo com Lima (2007, p 13) as informações exigidas por lei são caracterizadas por *disclosure* compulsório e as apresentadas espontaneamente pelas empresas são caracterizadas como *disclosure* voluntário.

Dallabona et al (2012) ressaltam que o *disclosure* voluntário (informal) é àquela evidenciação que é divulgada de forma natural por parte dos gestores das empresas, não derivam de resoluções, normas, leis, decretos, regulamentos e outros, agregando valor para o processo decisório. Murcia e Santos (2010) destacam que o *disclosure* voluntário só ocorre se os benefícios gerados pela sua divulgação (por exemplo, redução do custo de capital, aumento da liquidez das ações) forem superiores aos seus custos (custo de elaboração e publicação das demonstrações, custos de propriedade).

2.2 Variáveis que influenciam no nível de evidenciação

Diversas são as vantagens de as empresas apresentarem um nível maior ou menor de evidenciação. Murcia e Santos (2010) destacam que empresas com um nível elevado de *disclosure* registram, dentre outras, uma diminuição no custo de capital próprio. Já Alencar (2007) verificou que as empresas com maior nível de evidenciação apresentam uma redução no custo de capital de terceiros. Lima (2007) identificou elevação na liquidez das ações de empresas com maior nível de evidenciação.

Desta forma algumas variáveis passaram a ser analisadas para identificar a influência destas no nível de evidenciação voluntário. Neves e Domingues (2007, p. 50) definem variáveis como “tudo aquilo que pode assumir diferentes valores ou diferentes aspectos, segundo casos particulares ou circunstanciais”.

Estudos realizados por Lanzana (2004), Lima (2007) e Murcia e Santos (2010), evidenciaram que variáveis como tamanho da empresa, setor de atividade, rentabilidade, alavancagem, liquidez, auditoria, endividamento, governança corporativa e variáveis de desempenho possuem uma ação positiva para alavancar o nível de *disclosure* voluntário apresentado pelas empresas.

Lanzana (2004) verificou que o nível de evidenciação está relacionado às firmas que auditam os resultados das empresas. De acordo com a autora, as firmas maiores de auditoria tendem a exigir um nível mínimo de evidenciação. Por outro lado, Lima (2007) verificou relação entre o custo de capital e *disclosure*. Para o autor quanto maior o nível de *disclosure*, menor o custo de capital de terceiros para as empresas.

Murcia e Santos (2010, p.4) verificaram que “empresas com maior nível de rentabilidade possuem maior nível de *disclosure* voluntário do que empresas com menor nível de rentabilidade”. Os autores sugerem que “empresas com melhor desempenho no mercado de capitais possuem incentivo para divulgar mais informações e demonstrar que são “melhores”.

Com relação ao tamanho da empresa, destaca-se o resultado encontrado por Cruz e Lima (2010) onde possivelmente, devido a menores custos de divulgação, empresas maiores

evidenciam mais. Na mesma direção dos achados de Cruz e Lima (2010), Costa, Goldner e Galdi (2007) verificaram que “bancos maiores possuem maior nível de *Disclosure* que os bancos menores (com relação aos seus ativos)”.

Embora as pesquisas que analisam as variáveis que influenciam na evidenciação das empresas sejam abundantes, observa-se carência de pesquisas no que diz respeito à análise do *disclosure* nas empresas sobre as determinações do CPC 26, que contemple a evidenciação despesas na DRE por função ou por natureza.

2.3 Demonstração do resultado do exercício por função das despesas

Conforme já destacado, para a evidenciação ser completa ela deve abranger todos os elementos que apresentam a posição financeira, patrimonial e o desempenho da empresa. Neste quesito a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) tem elevada importância para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras.

O pronunciamento técnico CPC 26 foi criado com o objetivo de definir a base para a apresentação das demonstrações financeiras incluindo a DRE em conformidade a nova estrutura conceitual, garantindo dessa forma a comparação tanto com as demonstrações contábeis de períodos anteriores quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades.

A estrutura conceitual básica destaca que as demonstrações financeiras tem como função fornecer informações acerca dos recursos da entidade para verificar o quão eficiente e efetivamente a administração da entidade têm cumprido com suas responsabilidades na aplicação adequada dos recursos da entidade. Neste sentido o principal relatório que auxilia essa visão de desempenho é demonstração do resultado do exercício.

De acordo com Man e Gadau (2010) a evolução e o desenvolvimento de atividades cada vez mais complexas aumentaram a utilidade e a necessidade da demonstração de resultado do exercício dentro do conjunto de relatórios contábil-financeiros. Essa necessidade resulta do aumento do interesse no desempenho da empresa, especialmente por esse relatório ter características de prestar informação dinâmica sobre o desempenho da entidade.

Um dos fatores que muito que agrega importância ao DRE é a apresentação de todos os esforços realizados pela entidade para a obtenção de receitas. Esses esforços são materializados nas despesas apresentadas na DRE. De acordo com a CPC 26, as empresas tem duas opções de modelos de apresentação das despesas na construção da DRE: apresentação por natureza e apresentação por função dos gastos.

Como a CPC 26 não recomenda um formato específico para classificação dos gastos na DRE, fica a cargo da administração da entidade a escolha entre apresentar as despesas utilizando uma classificação baseada na natureza dos gastos ou a classificação destacando a função destes, desde que seja eleito o mais relevante e confiável.

A apresentação dos gastos da demonstração do resultado por função é o método que classifica suas despesas de acordo com a função como parte do custo dos produtos ou serviços vendidos e das despesas operacionais. Silva (2012) destaca que esse método de apresentação providencia informação mais relevante para os usuários, pois mostra o resultado bruto e a forma como a empresa obteve o valor do seu desempenho bruto.

O modelo por função é utilizado quando a análise dos custos no processo de gestão é baseada na função do evento, em que as despesas são classificadas segundo a sua função, por exemplo, como parte do custo de vendas, de distribuição ou de atividades administrativas.

Panpini (2010) afirma que, como as normas do IFRS são baseadas em conceitos europeus, certamente ocorrerão questionamentos quando houver a aplicação desses métodos de classificação e, conseqüentemente, ao fazer a comparação entre ambas, a tendência à primeira vista, é se familiarizar com o modelo da natureza da despesa. Ainda segundo o autor o modelo de classificação dos gastos por função na DRE é o mais usado por empresas norte-americanas, enquanto o modelo de classificação por natureza é preferido pelas europeias.

Brouwer e Stewart (2012, p. 2) afirmam que atualmente parte das empresas Canadenses apresenta as despesas na DRE misturando a natureza e a função, o que não é permitido pelo IFRS. Freitas (2009, p. 153) destaca que, Portugal e os países integrantes da habitualmente designada escola continental¹, na classificação mais usual as despesas e as receitas são agrupados em função das características comuns, isto é por natureza.

De acordo com Nobes (1998, p.6) é comum nos países que possuem contabilidade com menor nível de transparência apresentar a DRE usando a classificação dos gastos com base na natureza e reciprocamente os países que possuem contabilidade mais transparente apresentarem suas despesas baseadas na função de cada uma. Ainda segundo o autor uma apresentação com base na função dos gastos pode ser mais transparente e de maior utilidade para os usuários.

A própria norma (CPC 26) destaca também, que o método por função pode “proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir alocações arbitrárias e envolver considerável julgamento”.

Em síntese, a análise desses métodos de classificação dos gastos é importante para apresentar a base de apresentação das demonstrações contábeis, podendo proporcionar maior ou menor utilidade para os usuários da informação contábil, principalmente no que diz respeito aos gastos realizados no período para obter determinado desempenho. Por fim, assegurando dessa forma a comparabilidade entre um método ou outro além da utilidade em averiguar se as empresas listadas no segmento do Novo Mercado- BOVESPA estão seguindo as recomendações que o IAS 1 e CPC 26 regem.

2.4 Demonstração do resultado do exercício por natureza das despesas

A norma do IAS 1 permite que a empresa tenha a liberdade de optar na demonstração do resultado o modelo da classificação de gastos por natureza ou função. Silva (2012) comenta que os gastos são sub classificados com o objetivo de destacar componentes do desempenho financeiro que possam diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou de perda e previsibilidade.

A demonstração do resultado pelo método de classificação por natureza, para Quintaneiro e Martins (2007 p. 8) é a demonstração financeira que “apresenta os resultados das operações de uma empresa durante um determinado período em que os custos e as perdas, as receitas e os ganhos são classificados de acordo com as respectivas naturezas”. Ainda para os autores, além desta forma de apresentação ser de fácil elaboração, a DRE por natureza permite a obtenção de diversos tipos de resultados, ordenadamente: resultados operacionais, resultados financeiros, resultados correntes, resultados das atividades descontinuadas, resultados antes de impostos e por último resultado líquido do exercício.

Rocha e Selig (2004, p.4) mencionam que “quando a contabilidade financeira registra os gastos ocorridos na empresa, ela os classifica, identifica, e os apresenta de acordo com a natureza de sua ocorrência”, ou seja, é uma análise baseada na natureza dos gastos como classificações de depreciação, compras, salários e encargos, despesas de comercialização etc. Segundo os mesmos autores, partindo dessa classificação, há a possibilidade de identificar os gastos por natureza, tendo uma visão de como se forma, e quais as atividades que os originaram. Assim, as despesas seriam apresentadas no total, para cada tipo de despesa.

¹ A designação de escola continental difere entre autores que pesquisaram esta problemática, ainda assim podemos referir como integrantes desta escola Portugal, a Espanha, a Itália e a França, pois estes são comumente referidos. (FREITAS, 2009).

O CPC 26 parágrafo 102 aborda que as despesas por natureza serão agregadas na demonstração do resultado de acordo com a natureza das contas, não podendo ser realocados, ou rateadas dentre várias atividades dentro da empresa.

3 Metodologia

Usando a classificação metodológica de Cervo, Bervian, da Silva (2007) a metodologia empregada neste artigo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, pois tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Essa descrição será feita com base no perfil das empresas de acordo com o modelo de classificação das despesas.

No que tange à classificação como abordagem qualitativa, Gil (2002, p. 133) destaca que “análise qualitativa depende de muitos fatores tais como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação”. Neste sentido, para estabelecer uma relação qualitativa entre as informações das empresas, essas foram extraídas das empresas que compõe a carteira da BOVESPA cujo conteúdo foi analisado de forma escorreita e meticulosa.

Com relação às estratégias tomadas para o desenvolvimento do trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como uma fonte primária para identificar e discutir assuntos através da contribuição dos autores, sobre temas abordados no artigo. Este método é considerado relevante por possibilitar a busca, a avaliação crítica e a síntese do estado do conhecimento sobre determinado assunto (VERGARA, 2009).

A pesquisa abrange amostra correspondente às empresas listadas no segmento Novo Mercado. Marconi e Lakatos (2005, p.222) refere-se amostra como “uma parte de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente o possível os resultados da população total”.

A opção pelas empresas que compõem o Novo Mercado deu-se pelo fato de este nível de mercado possuir maior grau de exigência de divulgação de informações nas demonstrações contábeis e possuir padrão mais elevado de transparência e Governança Corporativa exigida pelos investidores para novas aberturas de capital. De acordo com a Bovespa (2010) “[...] a listagem nesse segmento implica a vinculação a um conjunto de regras societárias que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparente e abrangente”.

A pesquisa compreendeu as demonstrações financeiras do ano findo em 31/12/2011, cujas informações foram coletadas do *sítio* da BMF&BOVESPA, e juntas, totalizam uma população de 122 empresas com atividades no Brasil. Desconsiderou-se as empresas financeiras, totalizando estas em 4, por conta da diferença na forma de apresentação das demonstrações financeiras que essas podem optar com relação as empresas de outros segmentos.

Para coleta dos dados primários, outra classificação metodológica foi utilizada neste artigo, o método comparativo. “[...] este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” (MARCONI; LAKATOS, 2005, p. 107). Para analisar o perfil das empresas, foram coletadas as informações tais como empresa de auditoria, setor, ramo de atividade.

Além disso, foram usadas as características, tamanho da empresa, margem bruta de lucro e lucro das operações continuadas extraídos da base de dados da ECONOMÁTICA® e usadas como variáveis independentes. Para estabelecer uma relação entre as variáveis independentes e a forma de apresentação das despesas, como variável dependente utilizou-se como ferramenta de análise o pacote estatístico do SPSS 18.0.

De posse dos dados das variáveis para estabelecer a relação foi utilizado o método estatístico de regressão logística. Para Fávero et al (2009, p. 440) trata-se de uma técnica estatística utilizada para “descrever o comportamento entre uma variável dependente binária e variáveis independentes métricas ou não métricas”. Assim, destina-se a averiguar o efeito das variáveis pelas quais os indivíduos, objetos, ou sujeitos estão expostos sobre a probabilidade de ocorrência de determinado evento de interesse.

4 Análise dos resultados

4.1 Estatística Descritiva com Variáveis Qualitativas

O primeiro passo para segregar as empresas conforme as variáveis de análise essas foram categorizadas no software estatístico *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) atribuindo 0 (zero) para variável dependente DRE por função e 1 (um) para a variável DRE por natureza. Além disso foi destacado a forma que as empresas apresentam informações sobre o modelo adotado nas notas explicativas. A Tabela 1, a seguir apresenta a estatística descritiva do resultado da análise.

Tabela 1 – Frequência do Método

Método	DRE		N.E	
	Frequência	%	Frequência	%
Função	114	93,4	3	2,5
Natureza	8	6,6	119	97,5
Total	122	100,0	122	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na Tabela 1 que, em um universo de 122 empresas, 93,4% classificam suas despesas, na DRE, por função e 6,6% o fazem usando a classificação por natureza. Pelas recomendações da norma as empresas que apresentam o DRE por função devem evidenciar a natureza das despesas nas Notas Explicativas (NE). Contudo, verifica-se que um percentual maior (97,5%) de empresas informam a natureza das despesas nas NE e apenas 2,5% apresentam informações sobre a função das despesas. Esses percentuais chamam a atenção uma vez que, denota que há empresas que ao optarem apresentar a DRE por natureza informam a função dos custos nas NE, o que não está entre as recomendações da CPC 26.

Uma das variáveis analisadas como fator que pode interferir na forma de apresentação das despesas na DRE é a empresa de auditoria responsável por auditar as demonstrações financeiras das empresas. Neste quesito observa-se se há uma tendência de empresas de auditoria recomendar o uso do mesmo método de apresentação das demonstrações financeiras no quesito da DRE. A Tabela 2, a seguir, apresenta os dados do comportamento desta variável.

Tabela 2 – Frequência de Auditoria e apresentação do DRE por função/natureza

Empresas	Freq	%	Função	%	Natureza	%
Acal Auditores Independentes S/S	1	0,8	1	100	0	0,0
Auditores Independentes S/S	1	0,8	1	100	0	0,0
BDO RCS Aud. Independentes SS	4	3,3	4	100	0	0,0
Deloitte Touche Tohmatsu	29	23,8	28	96,5	1	3,5
Ernst & Young Terco Auditores	33	27,0	30	90,9	3	9,1
Grant Thornton Aud. Independentes	1	0,8	1	100	0	0
KPMG	25	20,5	22	88,0	3	12,0
PricewaterhouseCoopers	28	23,0	27	96,0	1	4,0
Total	122	100,0	114	93,4	8	6,6

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base nos dados observa-se que 93,4% das empresas foram auditadas pelas *Big Four*. Sendo, 27% das empresas pela Ernest & Young; outras 23,8% pela Deloitte; 23% pela PWC e 20,5% pela KPMG. O quesito apresentação do resultado por função ou por natureza verifica-se que todas as empresas que apresentam a DRE por natureza são auditadas pelas *big*

four. Ao analisar as empresas de auditoria individualmente verifica-se que a Ernst & Young tem 9% das empresas por ela auditadas que adotam a DRE por natureza e a KPMG tem 12%.

Partindo da análise dos resultados, nota-se que as empresas de auditoria possuem um padrão de divulgação das despesas por função na DRE e abrindo a natureza nas N.E. Além disso, evidenciou que as *big four* tendem a adotar o método de classificação das despesas na DRE por função.

Conforme verificado na literatura (LIMA, 2007; LIMA; SANTOS, 2009) a variável setor tem influência no nível de evidenciação das empresas. Neste sentido a Tabela 3, a seguir, apresenta o setor a que pertencem às empresas da amostra.

Tabela 3- Análise de frequência dos setores e apresentação do DRE por função/natureza

	Freq	%	Função	%	Natureza	%
Agro e Pesca	3	2,5	3	100,0%	0	0,0%
Alimentos e Bebidas	8	6,6	8	100,0%	0	0,0
Comércio	9	7,4	9	100,0%	0	0,0
Construção	16	13,1	16	100,0%	0	0,0
Eletroeletrônicos	2	1,6	2	100,0%	0	0,0
Energia Elétrica	7	5,7	4	57,1%	3	42,9%
Seguros	2	1,6	1	50,0%	1	50,0%
Máquinas Indust.	3	2,5	3	100,0%	0	0,0%
Mineração	3	2,5	3	100,0%	0	0,0%
Minerais não Met.	2	1,6	2	100,0%	0	0,0%
Outros	36	29,5	36	100,0%	0	0,0%
Papel e Celulose	1	0,8	1	100,0%	0	0,0%
Petróleo e Gás	3	2,5	2	66,7%	1	33,3%
Química	3	2,5	3	100,0%	0	0,0%
Siderur & Metalur	2	1,6	2	100,0%	0	0,0%
Software e Dados	2	1,6	2	100,0%	0	0,0%
Telecomunicações	1	0,8	1	100,0%	0	0,0%
Textil	6	4,9	6	100,0%	0	0,0%
Serviços de Transp	8	6,6	5	62,5%	3	37,5%
Veículos e peças	5	4,1	5	100,0%	0	0,0%
Total	122	100	114	93,4%	8	6,6%

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da Tabela 3 se pode observar que, 29,5% das empresas caracterizaram-se por “outros setores”, na sequência pelo setor de produção que representou 13,1% das empresas, seguidos pelos setores de comércio, alimentos e bebidas e transporte serviços.

Contudo verifica-se que nos setores de energia e serviços de transportes está o maior número de empresas que apresentam na DRE as despesas por natureza. Vale destacar que não é possível verificar esse fator como tendência uma vez que ainda é maior o número de empresas, em cada um dos setores, que apresentam as despesas por função. No entanto verifica-se que 75% das empresas que o fazem pertencem a esses dois setores. O setor de seguros apresentou maior percentual relativo no setor (50%). Porém, tendo em vista que somente 2 empresas desse setor fazem parte da amostra, não é possível fazer uma análise conclusiva a respeito do comportamento do setor.

Além das variáveis empresa de auditoria e setor de atuação a literatura destaca as variáveis tamanho da empresa e lucratividade como características favoráveis a um maior nível de evidenciação. Neste sentido foram coletados os dados destas variáveis para verificar se estes podem contribuir para a análise do perfil das empresas que apresentam a DRE por função ou por natureza. A Tabela 4, a seguir apresenta essas variáveis de acordo com o setor de cada empresa.

Tabela 4 – Resultado das variáveis tamanho e lucratividade por setor das empresas

Setor	Ativo total	% média	Mb	% média	Lucro	% média
Seguros	5.081.182,00	0,88	66,1	1,76	2.765.265,00	8,12
Petróleo	5.390.091,00	0,94	5,10	0,14	(241.046,00)	-0,71
Energia	27.413.057,00	4,77	33,30	0,89	2.237.057,00	6,57
Energia	13.662.280,00	2,38	19,02	0,51	158.570,00	0,47
Energia	3.398.831,00	0,59	35,5	0,94	325.353,00	0,95
Serviços e transporte	953.130,00	0,17	17,20	0,46	116.724,00	0,34
Serviços e transporte	3.403.687,00	0,59	37,20	0,99	100.071,00	0,29
Serviços e transporte	12.851.366,00	2,23	55,60	1,48	1.817.779,00	5,34
Media da amostra	5.752.031,42	1,00	37,60	1,00	340.601,03	1

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base nesses dados verifica-se que a maioria das empresas que apresentam a DRE por natureza possuem tamanho, medido pelo ativo total e lucratividade, medida pela margem bruta menor que a média geral da amostra. O mesmo se dá quando a análise é feita com base nos setores das empresas que apresentam a DRE por natureza. Verifica-se que nas empresas do setor de serviços e transporte, das 3 empresas de cada setor, 2 tem os seus valores abaixo da média da amostra. Esses dados sugerem que o tamanho da empresa, nível de rentabilidade e volume de lucro das operações continuadas influenciam no modelo adotado para a classificação das despesas na DRE.

Contudo a análise descritiva acima realizada pode ser confirmada por meio de ferramentas estatísticas mais robustas. Para realizar essa confirmação e verificar a influência das variáveis no método de classificação das despesas foi realizada uma regressão logística para verificar se as variáveis incluídas na pesquisa são significativas. A Tabela 5, a seguir, apresenta os dados extraídos do resultado do SPSS.

Tabela 5- Importância relativa das variáveis independentes

Método	DRE		N.E	
	Estatística	t	Estatística	t
Constante	-2,62	0,000***	4,06	0,000***
Auditoria	3,057	0,802	2,645	0,852
Setores	48,776	0,000***	61,734	0,000***
Margem bruta	0,091	0,763	2,782	0,095*
Tamanho	3,048	0,081*	1,520	0,218
Lucro	9,030	0,003***	0,987	0,320

Fonte: elaborado pelos autores

* nível de significância de 10%

*** nível de significância de 1%

De acordo com a tabela 5, as variáveis; setores, tamanho e lucro, mostraram-se correlacionadas com a evidência das despesas na DRE, como pode ser verificado pelos seus níveis de significância de cada variável. Observa-se que as variáveis auditoria e margem bruta não apresentaram nível de significância suficiente para influenciar a relação entre as variáveis com a evidência das despesas na DRE por natureza e função.

Na análise de relação das variáveis com a divulgação das despesas por natureza ou função nas N.E, observa-se que as variáveis setor e margem bruta são significativos para estabelecer uma relação entre elas e a divulgação das informações nas N.E. Vale ressaltar, que os setores que mostraram relação significativa com a DRE foram: energia, outros, petróleo, software, transporte e outros. O setor de finanças, apresentou relação positiva com a divulgação na N.E.

Por outro lado as variáveis auditoria, tamanho e lucro das operações continuadas não apresentaram níveis de significância que denotasse influência na evidência das despesas

por função ou por natureza. Esses dados contrariam a constatação realizada por meio da estatística descritiva apresentada na tabela 3 e 4.

5 Considerações finais

O processo de convergência às normas internacionais tem permitido as empresas brasileiras e profissionais experimentar um processo de mudança onde a regra é não ter regra. Esse processo de transição pode ser verificado na forma de apresentação das demonstrações financeiras, com destaque para a demonstração do resultado do exercício objeto desta pesquisa cujas formas de apresentação foram variadas.

Em relação ao método de classificação das despesas na DRE verificou-se que são muitas as formas de classificação e suas variações usadas pelas empresas. Os dados da pesquisa evidenciam que algumas empresas usam das notas explicativas para prestar informações adicionais, mesmo apresentando o DRE com base na natureza das despesas o que extrapola as recomendações do CPC 26.

Com base nos resultados da pesquisa se verificou que o perfil das empresas que apresentam a DRE adotando o método de classificação com base na natureza das despesas são empresas pertencentes ao setor elétrico e de serviços de transporte. Como se verifica nos resultados 42,9% das empresas do setor elétrico pertencentes a amostra apresentam a DRE com base no método da natureza das despesas. Já o setor de serviços de transporte esse percentual é de 35,7%.

Outra característica que se destaca da pesquisa é que todas as empresas que usaram o método da natureza são auditadas pelas *big four*. Esse fator pode representar maior confiança para as empresas para adotar um método que a maioria das empresas não adotam e não é costume no mercado brasileiro, uma vez que como destacado, até o advento da convergência apenas poder-se-ia usar o método por função. Esse fator é ainda mais significativo quando se verifica que 75% das empresas que apresentaram as despesas por natureza foram auditadas por KPMG e Ernst & Young, com 3 empresas cada.

Como se verifica dos dados as *big four* auditaram 77,2% das empresas da população entre essas as que apresentaram a DRE por natureza. A empresa de auditoria pode funcionar como um fator que maximiza a confiança dos usuários nas informações prestadas pelas empresas permitindo assim a adoção de métodos não usuais no mercado.

As outras variáveis analisadas são suportadas por dados econômico/financeiras que podem contribuir para definir o perfil das empresas que adotam a DRE por natureza. Verificou-se que a variável tamanho e margem bruta se destacam como variáveis que podem influenciar a decisão das empresas uma vez que, em cada uma das variáveis, 3 das 8 empresas, ou seja 37,5% se posicionavam acima da média da população e 62,5% se posicionavam abaixo da média da população. Já, na variável lucro das operações continuadas, essa proporção sobe de 4 para 8 ou seja 50% da amostra, podendo ser considerada indiferente para a análise do perfil.

Com base nestas variáveis e características pode-se afirmar que o perfil das empresas que apresentam as despesas por natureza são empresas do setor de energia e serviços de transporte, tem tamanho e margem bruta menor que a média da população e são auditadas pelas empresas de auditoria classificadas como *big four*.

Contudo, esses resultados não foram confirmados na análise pelo uso da regressão logística cujos coeficientes para as variáveis auditoria, tamanho e lucro das operações continuadas não apresentaram níveis de significância.

Destaca-se que os resultados não podem ser generalizados tendo em vista que a população objeto da pesquisa restringiu-se às empresas do Novo Mercado e foram analisados com base na percepção dos pesquisadores, cujo instrumento para algumas análises pode ser eivado por juízos de valor. Neste sentido pesquisas futuras podem verificar se esse perfil

identificada na pesquisa se estende às demais empresas brasileiras podendo inclusive inserir outras variáveis, como internacionalização, nível de dispersão do controle, grupos controladores e nível de endividamento. Outra alternativa para análise das empresas com as variáveis econômico/financeira seria estabelecer um índice usando uma escala *Likert* para sua elaboração e fazendo a devida relação com as variáveis.

6 Referências bibliográficas

ALENCAR, R. Nível de *disclosure* e custo de capital próprio no mercado Brasileiro. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

AVELINO, Bruna Camargos; PINHEIRO Laura Edith Taboada. LAMOUNIER, Wagner Moura. Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 14 (2012) p. 22-45

AQUINO, Wagner de. SANTANA, Antônio Carlos. Evidenciação. Caderno de Estudos. FIPECAFI. n. 5. jun. 1992.

BEUREN, Ilse Maria. KLANN, Roberto Carlos. Análise dos reflexos das divergências entre ifrs e us gaap na evidenciação contábil de empresas inglesas listadas na Ise. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2007, São Paulo. Anais. São Paulo, FEA/USP, 2008. CD-ROM.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

BROUWER, Robert D.; STEWAR, Mag. IFRS Financial Statements, Reporting and Disclosures: Are You Prepared for the 135-Day Crunch? KPMG- Toronto 2012

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 6ª Edição. São Paulo. Pearson Prentice Hall. 2007.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/port/snc/notas.asp>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução N.º 1.374/11 Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Disponível em www.cfc.org.br. Acesso em Agosto, 2013.

CONTABILIDADE. FEA/USP. Disponível em <http://www.congressospf.fipecafi.org/>

COSTA, Fábio Moraes da; GOLDNER, F.; GALDI, F. C. Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 7, 2007, São Paulo. Anais. São Paulo, FEA/USP, 2007. CD-ROM.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Pronunciamentos Técnicos. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: Agosto, 2013.

CPC. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Pronunciamentos Técnicos. CPC-026. Disponível em: < http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf>. Acesso em: Agosto, 2013.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves; LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. Reputação corporativa e nível de *disclosure* das empresas de capital aberto no Brasil. *Revista UniversoContábil*, v. 6, n. 1, p. 85-101, jan./mar. 2010.

DALLABONA, Lara Fabiana; MAZZIONI, Sandy; KLANN, Roberto Carlos. A influência do isomorfismo coercitivo decorrente da adoção das IFRS em relação à evidenciação de ativos biológicos e produtos agrícolas. XIV ENGEMA. São Paulo. 2012.

FÁVERO, L. P. et al. *Análise de Dados: Modelagem Multivariada para Tomada de Decisões*. Rio de Janeiro: Campos Elsevier, 2009.

FIPECAFI. *Análises sobre IFRS no Brasil*. Edição 2012.

FREITAS, Guilhermina. *O Sistema de Normalização Contabilística Reparação das Demonstrações Financeiras*. Lisboa. 2009.

GALDI, Fernando Caio. *Análise dos fatores que influenciam no disclosure dos maiores bancos brasileiros*. In: CONGRESSO USP DE CONTABILIDADE E CONTROLADORIA, 7., 2007, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2007. CD-ROM.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 10ª. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

LANZANA, A. P. *Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras*. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEUZ, C.; VERRECCHIA, R. The economic consequences of increased disclosure. *Journal of Accounting Research*, v. 38, p. 91-124, 2000.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. *Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileira*. 118 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAN, Mariana. GADAU, Liana; The profit and loss accounting in different approaches advantages and disadvantages. *Annales Universitatis Apulensis. Series Oeconomica*, 12(1), 2010. Disponível em <http://www.oeconomica.uab.ro/upload/lucrari/1220101/13.pdf>. Acessado em 18/08/2013

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MELO, Francisco Matheus Alves; PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. *Análise das Práticas de Evidenciação de Informações Avançadas e Não-obrigatórias*

nas Demonstrações Contábeis das Empresas Brasileiras. RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP, v. 1, n. 1, p. 30 - 42 set./dez. 2007.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil. 2009. 182f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MURCIA, Fernando D. SANTOS, Ariovaldo. Teoria do Disclosure Discricionário: Evidências do Mercado Brasileiro no Período de 2006-2008. Congresso ANPCONT, 4., 2010, Natal.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. SANTOS, Ariovaldo dos. Fatores determinantes do nível de *disclosure* voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, v. 3, n. 2, p. 72-95, mai./ago. 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri. SANTOS, Ariovaldo dos. Teoria do *disclosure* discricionário: evidências do mercado brasileiro no período 2006-2008. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMAS DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 4., 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpcont, 2010. CD-ROM.

NEVES, Eduardo Borba; DOMINGUES, Clayton Amaral. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Rio de Janeiro. 2007.

NOBES, Christopher. Towards a General Model of the Reasons for International Differences in Financial Reporting. In: ABACUS, vol. 34, n.2, 1998.

NUNES, Julyana Goldner; Teixeira, Aridelmo J.C.; Nossa, Valcemiro; Galdi, Fernando Caio. Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBOVESPA de sustentabilidade empresarial. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, p.1-13, out - dez 2010.

OLIVEIRA, Araceli Farias de. BENETTI, Juliana Eliza. VARELA, Patrícia Siqueira. *Disclosure* das Provisões e dos Passivos e Ativos Contingentes: Um Estudo em Empresas Listadas na BM&FBOVESPA. 3., 2009, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Anpcont, 2009. CD-ROM

PAPINI, Marco Antônio. Normas IFRS e o envolvimento dos colaboradores. 5 abr. 2010. Disponível em: < <http://analisedebalanco.blogspot.com.br/2010/04/normas-ifs-e-o-envolvimento-dos.html>>. Acesso em: 18/08/2013.

PROCIANOY, J. L.; ROCHA, C. F. P. *Disclosure* das companhias abertas: um estudo exploratório do departamento de relações com investidores. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador: Anpad, 2002.

QUINTANEIRO, Jorge Manuel. MARTINS, Bruno Ricardo Gomes. Demonstração de resultados (DR), 2007. Disponível em http://prof.santana-e-silva.pt/gestao_de_empresas/trabalhos_06_07/word/Demonstra%C3%A7%C3%A3o%20de%20Resultados.pdf. Acessado em 18/08/2013.

ROCHA, Joseilton S. da; SELIG, Paulo Maurício. O Ciclo da Contabilidade de Custos como Base Fundamental para a Mensuração e Acompanhamento dos Custos Oriundos da Estratégia Organizacional. 2004. Disponível em: www.contabeis.ufba.br/materialprofessores/JSROCHA/PAGINA/06%20O%20CICLO%20DA%20CONTAB%20DE%20CUSTOS%20X%20BSC.pdf.

SCHROEDER, Richard G.; CLARK, Mytle W.; CATHEY, Jack M. Financial Accounting Theory and Analysis. Leitura de Textos e Casos. 8ª Edição. 2005

SENGUPTA, P. Corporate disclosure quality and the cost of debt. The Accounting Review, v. 73, p. 459-474, 1998.

SILVA, José Luiz. Normas Internacionais de Relato Financeiro. 2012

SOUZA, Júlia Alves e; NETO, Alfredo Sarlo; VARGAS, Luiz Henrique Fernandes; DEMONIER, Gladysson Brommonschenkel. Práticas Contábeis apresentadas por empresas Brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. 2012

VERGARA, S. C. Projeto e relatório de pesquisa em Administração. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. Journal of Accounting and Economics, v. 22, p. 97-180, 2001.

CVM coloca em Audiência Pública minutas de Pronunciamentos em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (<http://www.cvm.gov.br/port/infos/Comunicados%20Diversos%20CPC%20%2829-04-2009%29.asp>). Acessado, Agosto, 2013.